

SESSÕES DO PLENÁRIO

95ª Sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de outubro de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45 na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó (51)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há expediente a ser anunciado. Pequeno Expediente. **(Oradores Inscritos.)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros da imprensa, telespectadores da TV ALBA, aqueles que nos acompanham das galerias, hoje é um dia de muita alegria, de muita satisfação e reconhecimento do trabalho do governador Jerônimo Rodrigues na área de educação.

Deputado Paulo Rangel, deputado Fabrício, eu acompanhei a inauguração de mais uma escola de tempo integral aqui em Salvador, deputado Cafu, no bairro de Jardim Cajazeiras. Jardim Cajazeiras é um bairro recente da nossa cidade, que foi construído com muita luta de lideranças comunitárias. Inclusive, o governador Jerônimo atendeu à indicação da comunidade e batizou essa escola de Colégio de Tempo Integral José Dias de Sales.

Sales foi uma liderança popular, falecido há 4 anos, um dos construtores do bairro, militante dos direitos humanos, liderou a associação de moradores e, hoje, a sua família estava lá para receber essa homenagem. A Bahia tem um passado – que tomara que não volte nunca – em que os governantes homenageavam os seus parentes com os equipamentos públicos. Nomes de escolas? 400 escolas estaduais na Bahia tinham o nome de uma única pessoa, de um ex-governador; 300 escolas tinham o nome de um filho dele, já falecido. Que as pessoas merecem homenagem não há dúvida, se têm algum tipo de serviço prestado, mas transformar a diversidade de baianos e baianas que têm história em um monopólio de indicação, como se aqui tivesse um dono nessa terra é um passado que nós enterramos e não queremos de volta. Por isso a minha alegria, porque o nome de Sales, o velho e combatente Sales, é o nome dado à escola mais bonita da região de Cajazeiras.

É uma escola com piscina semiolímpica, com quadra coberta, com campo *society*, com um teatro para 130 pessoas, com biblioteca, laboratório, salas amplas. Realmente, quando eu cheguei lá, as pessoas me abordaram e falaram: “Deputado, isso aqui é um shopping! Isso aqui é a coisa mais bonita que tem na comunidade”. Hoje de manhã, inclusive, uma criança me falou o seguinte: “Meu tio, veja aí com o governador Jerônimo para eu estudar nessa escola”. Eu falei: “E você estuda aonde?” Ele disse: “Ah, eu estudo em uma escola particular daqui do bairro, mas eu quero estudar nessa escola, porque ela está tão bonita que eu quero frequentar”. Então mexe com a autoestima das nossas crianças, dos nossos jovens e adolescentes, porque é um equipamento que não tem comparação.

Eu estive lá em Lapão, deputado Cafu, e pude testemunhar a grandiosidade da escola de tempo integral que foi inaugurada pelo governador Jerônimo. E isso é em todo canto da Bahia. Amanhã tem outra, que é a escola de tempo integral em Portão, Lauro de Freitas. Então nós estamos assistindo a uma revolução na educação, deputado Fabrício, com esses equipamentos virando realidade na Bahia, acompanhados de uma política de educação de tempo integral.

Porque não basta o equipamento ser imponente, bonito e com capacidade de proporcionar uma educação de maior qualidade. É muito importante que tenham professores mobilizados, que tenha alimentação de qualidade para as nossas crianças, laboratórios, equipamentos, material esportivo para os nossos meninos e as nossas meninas chegarem de manhã e poderem estudar Matemática, Física, Português, em um turno, e almoçar na escola.

Durante a tarde, que eles possam participar de uma roda de capoeira, de uma peça de teatro, fazer um ensaio de música ou de coral, fazer um basquete, um vôlei, treinar uma natação, um futebol, ficar na escola...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) no período da tarde e sair de lá alimentados para suas casas. Porque isso também é política de prevenção social.

Cada pai, cada mãe que saiu para trabalhar de manhã e deixou o filho na escola está lá com a cabeça tranquila porque sabe que aquela menina, aquele menino está

sendo bem cuidado, está sendo protegido, está sendo formado, está sendo educado para ser cidadão do bem.

Parabéns, governador! Continue em frente com o belíssimo trabalho na educação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, existe a previsão de votarmos alguns projetos nesta tarde. Então V. Ex.^{as} que se encontram nas dependências desta Casa, nos gabinetes, favor comparecer ao Plenário para vermos a possibilidade de votarmos o projeto da Polícia Militar. Temos na Casa o projeto de isenção do IPVA, em virtude do fato histórico do lançamento da pedra fundamental da maior fábrica de carros elétricos do mundo que está se instalando na Bahia, a BYD, então peço a presença de todos aqui no Plenário.

Com a palavra o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Sr. Presidente, deputado Adolfo, amigo querido; boa tarde a todos os deputados aqui presentes; ao deputado Robinson, que acabou de falar.

Essa questão, deputado Robinson, de colégio, de praças ou de avenidas com o nome de uma família na Bahia foi algo comum durante muito tempo. Isso é uma coisa absurda que aconteceu, mas hoje temos a condição de ter nome de vários heróis nossos, da Bahia e do Brasil, postos em novos espaços coletivos, espaços públicos e escolas.

Essa questão que o deputado Robinson falou aqui agora, de mais um colégio modelo na Bahia sendo inaugurado aqui em Salvador, hoje, é a prova de um projeto que deu certo na Bahia, de um governo que faz escolas e que cuida de educação como fez em saúde na Bahia, com investimentos em saúde pública, como nunca antes aconteceu neste estado.

São diversos hospitais públicos em cada região da Bahia, em cada território de identidade, com hospitais, com as policlínicas, com UPAs no estado. Infelizmente, temos municípios, como a minha Vitória da Conquista, deputado Paulo Rangel, onde a nossa UPA é do estado, porque o município sequer teve condição de fazer isso e o estado assumiu essa atenção emergencial, já que o município não o fazia.

Mas, Srs. Deputados, estamos aqui com um debate muito grande, Sr. Presidente, que é essa questão da “Ruim Bahia”, que é essa concessionária que hoje pertence a um fundo de pensão de funcionários do governo federal do Canadá, que assume essa concessão da Viabahia e que tem, na minha avaliação e, com certeza, da Bahia toda, o pior serviço de atendimento de uma rodovia concessionada do Brasil. O povo da Bahia que trafega pela BR-116 e que trafega pela BR-324 não merece tamanha perversidade que ocorre com o povo da Bahia.

Esta Casa convidou – convocou, na verdade – o presidente da Viabahia, o José Bartolomeu, para vir aqui. Já está na imprensa que ele não virá, com medo, de novo. Na verdade, esse José Bartolomeu é um picareta! Ele é um picareta de marca maior, que esteve em Conquista mentindo; esteve em Feira de Santana mentindo; esteve nesta

Casa mentindo. E mente, mente, trapaceia com o povo da Bahia e o povo brasileiro que trafega nessa importante rodovia. São bilhões arrecadados por essa concessionária, e eu tráfego, quase semanalmente, nessa rodovia, esburacada de uma ponta a outra e com pedágio caro.

Então eu acho, presidente, que chega o momento de o senhor, como nosso líder maior, que preside esta Casa com o voto unânime de todos nós, chamar uma sessão de todos nós aqui e tentarmos ir, talvez, a Brasília, porque tem de ter uma resposta. O povo baiano não aguenta mais a perversidade!

Todos os deputados que estão aqui na Assembleia, os 63 Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, trafegam nessas duas rodovias semanalmente. A BR-324 corta o estado de uma ponta a outra e a capital baiana. É necessário termos algo urgente, para que possamos tirar essa canalha que vem aqui tirar o dinheiro do povo da Bahia e do povo do Brasil que por aqui passa! A Bahia é um estado importante de produção econômica, de turismo, e precisamos ver se cancelamos.

Eu já estive em Brasília com alguns nobres deputados e deputadas aqui, na ANTT; estivemos na Casa Civil com o ministro Rui Costa; estivemos na Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Brasil; e nada. Então tem de ter uma resposta urgente para que possamos tirar essa turma que vem aqui à Bahia, cobra um pedágio caro, absurdo, e não presta um serviço de respeito a esse tão valoroso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) povo baiano. Então, nesse aspecto, precisamos, de forma urgente, de uma solução para termos aqui uma mudança. Que saia essa turma daí, que volte a concessão para o estado e que o estado possa refazer a concessão com gente séria e que possa cuidar das estradas dos baianos, da importante BR-116, que nasce em Fortaleza e termina na divisa com a Argentina, no Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Cafu Barreto.

O Sr. CAFU BARRETO: Boa tarde a todos, a todas. Quero aqui agradecer a todos pelo trabalho desta Casa, ao presidente, enfim. Quero aqui parabenizar o deputado Fabrício pela iniciativa de levarmos essa informação. Dizer que aqui é importante nós, todos os deputados e deputadas, fazermos esse documento, mandarmos para o ministro Rui, para ele fazer uma intervenção com o nosso presidente Lula para que possa, assim, renovar ou não renovar. Porque a concessão é federal, não é do estado da Bahia. A rodovia é no estado da Bahia, mas não é o governador que tem de intervir, quem tem de intervir é o governo federal.

E nós aqui, deputados e deputadas, podemos, sim, fazer esse documento e mandar para o ministro Rui e ele nos atender pedindo ao presidente Lula que renove ou não uma concessão que não está dando certo na Bahia, porque estão todos os baianos e baianas reclamando.

Então espero que nós, todos os deputados e deputadas, façamos esse documento e mandemos para o nosso ministro Rui Costa e que ele possa nos atender.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL: Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que neste momento ocupam as Galerias Paulo Jackson. Eu quero aqui, Sr. Presidente, aproveitar o ensejo e dar continuidade a esse debate iniciado pelo deputado Fabrício Falcão sobre os trabalhos, sobre o serviço que vem sendo realizado pela Viabahia.

Primeiro, eu quero mostrar a minha insatisfação e a minha indignação, inclusive, a partir do fato de conhecer de perto a realidade de algumas empresas, de algumas concessionárias que, quando atuam nos seus países, prestam um serviço de excelência, além de darem um tratamento totalmente digno aos seus funcionários. Eu tive a oportunidade, Sr. Presidente, de visitar a França, na época da privatização da Light, que foi comprada pela EDF, empresa francesa, e pudemos notar a diferença de serviço prestado na França e a forma como os seus trabalhadores eram tratados.

Tive também a oportunidade de visitar a Espanha, visitar Madri, visitar Bilbao e, naquela época, eu visitei a sede da Iberdrola, empresa que comprou a Coelba aqui na Bahia. E, pasmem os senhores, a primeira medida da Iberdrola no Brasil foi fazer um enxugamento de pessoal. E nós pudemos constatar que, lá na Espanha, havia 10 anos que a Iberdrola tinha demitido um funcionário e tinha sido por justa causa. A diferença de salário de um eletricitário da Iberdrola na Espanha, o mais simples funcionário, para o principal gerente de carreira era de apenas dez salários; enquanto aqui no Brasil nós tínhamos diferenças, deputado Hilton, de mais de 40 vezes, em relação ao menor salário.

E agora nós temos uma empresa, produto da organização dos trabalhadores de um fundo de pensão do Canadá, que, inclusive, é um exemplo em relação à prestação de serviço no Canadá, mas que presta esse serviço indigno aqui, digno de todas as críticas. E, se não houver uma atitude contundente, nós haveremos de sofrer as consequências, com os acidentes que vêm acontecendo sempre e que vão se aprofundar aqui na Bahia.

E quero discordar, Sr. Presidente, do parecer jurídico desta Casa, quando disse que não cabia uma CPI, talvez, tomando como base referencial a...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) CPI do MST. Quero dizer aqui que a realidade da CPI que tratava das questões relacionadas com o MST, com as ocupações de terras, era de abrangência nacional, portanto, não cabia, assim, que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) houvesse instalação específica aqui na Bahia. Mas com relação à Viabahia, muito embora a concessão seja federal, o público usuário exclusivo trafega sobre rodovias baianas. E aí, tem se tentado tratar essa questão da melhor forma.

A Assembleia Legislativa da Bahia, esta Casa, este Poder não é digno de receber a visita do presidente da Viabahia para vir aqui dar explicações e, inclusive, dar justificativas? Nós não podemos aceitar isso de forma passiva. Eu acho que temos de retomar o processo de discussão para instalação de uma possível CPI porque nós vamos fazer denúncias concretas ao Ministério Público, tanto estadual como federal, mostrando a forma como os serviços são desenvolvidos na Bahia. E levar, inclusive, essas notificações, a partir de uma apuração, para o governo federal. Portanto, eu acho que cabe, sim, existem elementos que justificam uma CPI sobre os trabalhos da Viabahia aqui em nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Sandro.

O Sr. Sandro Régis: Sr. Presidente, eu tenho visto na imprensa formações de diversos blocos, sendo blocos com parlamentares do mesmo partido e blocos independentes. E eu queria perguntar a V. Ex.^a a qual “G” pertence o deputado Hassan e a qual “G” pertence o deputado Felipe? Se é o G8 ou o G10; se é o G10 ou o G8? Para eu poder entender, a partir de agora, como é que funciona o Regimento desta Casa! Porque é tanto bloco, com o mesmo partido em blocos diferentes, que nós precisamos agora identificar a que tipo de “G” o deputado pertence, se é “G” maior, se é “G” menor, se é “GG” ou “G” médio.

Então, Sr. Presidente, me desculpe a ignorância, mas eu gostaria que V. Ex.^a me explicasse como é que vai ser essa ordem alfabética agora, com tanto “G” nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É uma questão de ordem complicada, viu, deputado Sandro? Mas eu acho que é O “G” primeiro, o “G” segundo...

O Sr. Cafu Barreto: Nós estamos preparando agora o G10, viu? Calma, o G10 está chegando.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sobre essa questão de tanto bloco, o deputado Rosemberg e o deputado Alan podem responder melhor.

Olha o som para o deputado Paulo.

O Sr. Paulo Rangel: Sr. Presidente, tem justificativa! Tem país que participa do G8 e participa do G20, então aqui eu acho que o pessoal está se baseando na mesma lógica. (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Estão imitando.

O Sr. Paulo Rangel: Nós vamos chegar a isso aqui na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, antes... Deputado Hilton Coelho... Srs. Deputados, eu gostaria de dizer que este presidente é

totalmente... à formação das comissões de inquérito. Ninguém mais do que eu gostaria que desse cadeia, não é, deputado Paulo?

Com todo o respeito, o que nós vemos no Brasil, hoje, e acabamos de ter o resultado do espetáculo de meses de audiência na televisão, deputado Felipe, da CPI das Americanas, em que, simplesmente, sumiram com R\$ 50 bilhões. Não estou falando de R\$ 50, nem de R\$ 50 mil, não! Sumiram, deputado Cafu, com R\$ 50 bilhões dos acionistas menores e a CPI de Brasília não viu nada. Depois de meses de televisão, de imprensa, de funcionários, de energia, de dinheiro público – que é o dinheiro do Congresso, assim como o da Assembleia –, deputada Soane, ninguém viu nada errado, deputado Hassan! R\$ 50 bilhões!

Há a CPI dos atos de 8 de janeiro, que está se encerrando, estão produzindo relatório e, que eu tenha conhecimento, ninguém foi preso, não deu em nada; a CPI do MST, a mesma coisa; na CPI das casas de apostas, o que nós vimos foram deputados lá, segundo a imprensa, tentando achar, criando dificuldade para vender facilidade.

Então, infelizmente, esse é o problema, deputado Paulo. E este presidente, com todo o respeito, se baseia na nossa procuradoria jurídica, até porque este presidente não tem conhecimentos jurídicos. Eu mando para... São vários advogados que compõem esta Casa, que não foram nomeados por mim, foram mantidos por esta Presidência e por tantas outras presidências, então, é de se supor que eles têm todas as condições de analisar esses pedidos. E nos foi dito no parecer que, por ser uma concessão federal, não caberia a esta Casa a criação da CPI.

Mas eu falo com todo o respeito que eu tenho pela forma de V. Ex.^a divergir desse parecer.

O Sr. Paulo Rangel: V. Ex.^a, só queria um “apartezinho”.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Paulo Rangel: Olha bem, eu não vou muito longe, eu até concordo com o ponto de vista exposto aqui por V. Ex.^a, até porque já existe um ditado, CPI aqui é para “dar em pizza”, não é? E não precisa ir muito longe, V. Ex.^a, acredito, tinha entrado nesta Casa, foi o primeiro mandato de V. Ex.^a, e nós instalamos aqui uma CPI que foi conduzida com a maior seriedade possível, então, não precisa ir muito longe, não, foi a CPI da Ebal, que nunca deu em absolutamente nada.

Um verdadeiro escândalo, ninguém, ninguém, ninguém, até hoje, que a gente saiba, pagou qualquer preço em relação àqueles absurdos que foram detectados. Então, V. Ex.^a, na verdade, está se tornando a comédia das CPIs, e talvez essa dos bandidos que tentaram dar o golpe também não chegue a nada, infelizmente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho. Logo depois, o deputado Hassan.

O Sr. HILTON COELHO: Independentemente de qualquer coisa, acho que a situação da Viabahia, deputado Paulo, ela precisa ganhar luz, não é? Se nós não apostarmos que o processo de revelação desses absurdos pode ter uma consequência política, nós vamos ter que fechar a Casa porque não adianta... É o fim da política, não é?

Então, eu respeito a trajetória de V. Ex.^a, mas acho que esta Casa não pode se furtar a levantar esse conjunto de problemas que são sentidos pela população de maneira empírica, mas que precisam ser tratados de maneira sistemática, e, obviamente, esse contrato, o mais rápido possível, ser rompido.

Mas, Sr. Presidente, eu ocupo esta tribuna aqui para tratar de um problema muito grave. Na semana passada, nós recebemos a visita de uma comissão de técnicas de enfermagem em home care, esse trabalho que é feito na área da saúde em domicílio, e nós ficamos estarelecidos pela forma como essas trabalhadoras – são principalmente mulheres – são tratadas hoje, é um esquema que está montado para usurpar o direito delas.

Antigamente não havia uma situação tranquila para elas, o serviço era prestado por meio de uma relação direta das cooperativas com os planos. Hoje o que acontece? Existe uma intermediação de verdadeiras empresas de home care que se disfarçam de cooperativas e simplesmente cometem absurdos impensáveis, é uma espécie de precarização da precarização através da quarteirização.

Para se ter uma ideia, segundo essa comissão, das 43 cooperativas aqui na Bahia, apenas 26 são legalizadas. O resto funciona ao arrepio da lei e fundamentalmente desrespeitam direitos como, por exemplo, o próprio salário-mínimo. Segundo os relatos, existem trabalhadoras nesse segmento, e não são poucas, que estão recebendo até R\$ 700.

É uma situação desumana, e parece que não tem institucionalidade para cobrar dessas empresas que elas respeitem a Lei das Cooperativas, que define, por exemplo, Sr. Presidente, (lê) “as 8 horas diárias, as 44 horas semanais, o DSR, as férias, o adicional noturno, o adicional de insalubridade e o seguro acidentário”. É o mínimo que pode estar no piso para ser cumprido, para se respeitar minimamente a Lei das Cooperativas.

Essas trabalhadoras denunciam que, inclusive, não recebem nem equipamentos para o exercício da função, coisas básicas como óculos e luvas não são fornecidas por essas empresas. Para completar, há também um quadro generalizado de assédio, um conjunto de violências que estão relacionadas a uma questão cultural, mas também à fiscalização sofrida por essas trabalhadoras na residência. São violências que fazem com que essas pessoas façam trabalhos domésticos, tentam obrigá-las a fazerem isso, e tem casos relatados em que nem o direito a um copo d’água essas trabalhadoras têm.

Nós precisamos romper com essa trajetória que é uma trajetória colonial e escravista, que entende a prestação desse tipo de serviço, fundamentalmente feito por mulheres negras, como a continuidade dessas relações escravistas de negação completa de direitos para essas trabalhadoras.

Foi-nos apresentado também um programa, um conjunto de reivindicações que eu queria ler aqui para os deputados: (Lê) “Primeiro, reajuste do valor do plantão com base no piso nacional da enfermagem...”, não existiu “(...) garantia das gratificações; adicional noturno; adicional de insalubridade; descanso remunerado; repouso anual remunerado recuperado mensalmente; repasses da remuneração até o quinto dia...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, Sr. Presidente.

(Lê) “(...) quinto dia útil de cada mês; transparência na gestão das cooperativas; assistência psicológica, social e jurídica aos cooperativados e cooperativadas; e a confecção de uma cartilha em PDF sobre as regras do cooperativismo para ser trabalhada com a categoria.”

A meu ver, isso é uma tarefa da Assembleia Legislativa, a Assembleia precisa ter um papel ativo em relação a esse conjunto de absurdos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) nós precisamos, portanto, garantir que o Executivo faça a fiscalização. É preciso que o Executivo da Bahia, o governo do estado, dê exemplo e fiscalize essas cooperativas, muitas delas não são cooperativas, inclusive. Como eu disse aqui, são empresas travestidas de cooperativas, então precisa ter fiscalização do Executivo.

Não dá para essas trabalhadoras estarem no espaço público tendo todos os seus direitos mais elementares negados, esta Casa precisa fazer o debate. Por isso, nós teremos uma audiência pública em data a ser marcada, Sr. Presidente, que vai tratar da aplicação da Lei das Cooperativas aqui, na Bahia, junto com outras questões, como o piso da enfermagem. E eu quero aqui que todas as deputadas e deputados estejam atentos para participarem dessa grande audiência pública, é preciso ajudar para nós darmos fim a essa triste e lamentável realidade das trabalhadoras em home care na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O Sr. Paulo Rangel assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): É com muito orgulho, com muito prazer, que informamos aqui a visita dos estudantes do Colégio Estadual Euricles de Matos, do bairro do Rio Vermelho. (Palmas)

Com a palavra o deputado Hassan.

O Sr. HASSAN: Boa tarde, Sr. Presidente desta sessão, meu querido amigo Paulo Rangel, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho a esta tribuna fazer uso da palavra para agradecer ao governador Jerônimo Rodrigues, que no último dia 6 esteve na minha cidade, na nossa cidade Jequié, para inaugurar ali um sonho que se tornou realidade, que foi a implantação da Unacon regional na nossa região de saúde Jequié.

Essa Unacon irá atender, no maior hospital do interior da Bahia, o Hospital Prado Valadares, cerca de 26 municípios que compõem a nossa região de saúde, portanto, atenderá um público de mais de 600 mil pessoas.

E o padrão de excelência que nós verificamos naquela inauguração... Realmente precisamos chegar aqui para parabenizar essa gestão, o governo, o governador Jerônimo Rodrigues e, em particular, a nossa secretária de Saúde, Dr.^a Roberta Santana, que lá também esteve.

Estivemos juntos com o prefeito Zé Cocá, que também esteve presente naquela inauguração, e a população ficou maravilhada com o presente que nós recebemos, um sonho antigo, um anseio, de mais de 10 anos, da população da nossa cidade, da nossa região.

Desde o início deste mandato, lá estive lutando ao lado da secretária e aqui ao lado dos meus pares na Comissão de Saúde. Fizemos sessão itinerante na cidade de Jequié e, graças a Deus, conseguimos lograr êxito, graças à sensibilidade e à preocupação do governador em cada dia avançar mais em todas as áreas, inclusive na área da saúde.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui responder à provocação do meu amigo deputado Sandro Régis, que perguntou a que “G” eu pertenço. Eu pertenço a esta Casa, graças a Deus, fui eleito para o mandato ao lado dos meus 62 colegas e hoje eu tenho 62 amigos aqui. Faço parte do PP, que por si só é uma bancada nesta Casa, estamos dentro da Maioria, na Base do Governo, e resolvemos, juntamente com os deputados e deputadas do PSB nesta Casa (a deputada Soane e a deputada Fabíola), os deputados do MDB (querido amigo Rogério e o amigo Matheus Ferreira) e mais três deputados do PP nos unirmos para, a partir de fevereiro do ano que vem, como diz o Regimento, formalizarmos esse novo bloco...

(O deputado Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. HASSAN: Perdoe-me, Sandro, mas pode, sim. Por que não pode?

(O deputado Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. HASSAN: Não interessa, amigo, fomos eleitos pelo PP, deputado. Vamos ver... O Regimento...

(O deputado Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. HASSAN: Apresentaremos, em tempo hábil, Sandro, a nossa formalização do novo bloco, um bloco que, com certeza, veio para dar apoio ao governador, estaremos na Maioria e estaremos aqui, nesta Casa, discutindo os assuntos de interesse dos baianos e baianas. Isso é que é o mais importante, tenha certeza disso, nós viemos aqui para, realmente, construirmos um futuro melhor, e esse futuro melhor, com certeza, se constrói juntos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Com a palavra o deputado Eures Ribeiro. (Silêncio) Não está presente. Vitor Bonfim. (Silêncio) Não está presente. Zé Raimundo Fontes. (Silêncio) Não está presente. Olívia. (Silêncio) Não está presente. Fabíola Mansur. (Silêncio) Não está presente.

Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas, demais pessoas que nos acompanham aqui, saudar os jovens, os estudantes, que sejam sempre bem recebidos nesta Casa. Daí sairão médicos, deputados, engenheiros, vereadores, contadores, economistas... Boa sorte a todos vocês, tenham esta Casa sempre de braços abertos.

Mas, veja bem, Sr. Presidente, nós tivemos, durante esses dias, alguns debates, e acho que é justamente numa sessão dessa que, se depender da Oposição, não haverá

acordo, não haverá acordo para votar nenhum projeto, estamos realmente em regime de obstrução porque queremos a solução de alguns problemas, deputado Paulo Rangel.

Eu vejo aqui sempre presente o deputado Felipe Duarte, vejo também o deputado Hilton sempre presente aqui, e eu queria, respeitosamente, como sempre, fazer um questionamento a vocês dois que são meus amigos: o que V. Ex.^{as} acham da regulação? V. Ex.^{as} concordam com o sistema de regulação da saúde? V. Ex.^{as} podem concordar com essa “fila da morte” quando V. Ex.^{as}.

Eu não tenho dúvida, Felipe, eu não tenho dúvida de que o seu gabinete e o seu telefone recebem solicitações de transferência de regulação, mas aí eu pergunto: será que é necessário que a gente dê continuidade a essa forma de regulação?

Não é, gente. Não é necessário que se fique tentando entrar em contato com rádio, com televisão, com conhecidos, com jornalistas, com vereadores para pedir: “Pelo amor de Deus, salve essa vida! Transfira esse paciente de tal lugar porque aqui não tem condição. Coloque em determinado lugar”.

Não adianta a Secretaria de Saúde se arvorar com as suas entrevistas dizendo: “Eu contratei mais 30 médicos reguladores”. Mas a regulação de saúde, realmente, é só isso, contratar médico regulador para atender o telefone, para ver a solicitação e para poder fazer esse encaminhamento?

Não é. Está mostrado, nós temos 1 ano de governo Jerônimo Rodrigues, e a regulação continua do mesmo jeito ou pior.

O que nós precisamos é fazer uma grande avaliação. Inclusive, nada se cria, tudo se transforma, por que não buscar lugares onde deu certo? Por que não buscar municípios, estados, onde a regulação se transformou?

Aqui, na Bahia, a regulação é conhecida, a cada dia, como a “fila da morte”. “Ah! não, a senhora vai agora entrar na fila da regulação”. “Ah, meu Deus, então não vai resolver minha vida, meu pai!”

Vocês vejam, pode acompanhar, deputado Júnior Muniz, agora até a rede social se transformou também num grande meio de pedido de solicitações de transferência na fila da regulação. Não é possível que o governo do estado não consiga observar que há uma coisa muito errada nessa fila da regulação.

O que eu queria era que os deputados da Base do Governo também, de forma suprapartidária, comessem a questionar a fila da regulação, senão o que eu vou poder entender é que todos os 43 deputados da Base do Governo, os 43 que votam com o governo, que apoiam o governo do PT, estão de acordo com a fila da regulação. E começarei, sim, a dizer que o deputado “a”, “b”, “c”, os 43 parlamentares, apoiam essa fila da regulação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque nós só queremos aqui discutir esse tema, achar um caminho, um direcionamento para que resolvamos de vez a questão da fila da regulação. Não é possível que a deputada Fabíola Mansur, uma conhecedora da saúde, não possa falar e emitir uma linha sobre a regulação, porque não adianta dizer que a fila é isso e aquilo, eu quero saber da deputada Fabíola,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) uma médica, se ela apoia esse sistema da fila da regulação.

Agora, para finalizar, deputado Paulo Rangel, hoje eu postei na minha rede social, deputado Cafú, mandaram para mim, e realmente, naquele momento, eu fiquei emocionado, uma foto mostrando quando eu estava com a beca, eu na minha formatura em 1991, formando em Medicina. Eu tinha 23 anos, estou com 55, façam as contas, 32, então, tenho 32 anos de formado, hoje é um dia especial.

Quando se escolhe uma profissão, inclusive o médico, que escolhe a Medicina como o seu caminho, como a sua profissão, essa escolha acaba se confundindo não apenas, deputada Fabíola, com uma profissão, mas também com um sacerdócio. A vida da gente se restringe, dia após dia, a curar as pessoas ou a amenizar o sofrimento quando a gente não consegue curá-las e, de forma geral, a nos dedicar, ao máximo, para salvar as vidas daquelas pessoas.

Então, hoje, no dia 18 de outubro, eu rendo a minha total homenagem a esses guerreiros e guerreiras que são os médicos que tratam e cuidam das vidas de todos nós. Parabéns aos médicos da Bahia! Parabéns aos médicos de todo o Brasil!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Srs. Deputados...

(A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Só 1 minutinho, deputada Fabíola.

(...) Olhem bem, eu acho que tem aqui um acordo, eu queria consultar o deputado Alan, o deputado Rosemberg topa, em vez de passar para o Horário das Representações Partidárias, deputado Alan, a gente abria aí para que as pessoas falassem por 5 minutos, pode ser?

Então, deputada Fabíola Mansur com a palavra. Grande amiga do Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, deputado Paulo Rangel, só para ficar claro, já que hoje é nosso o Grande Expediente, os 25 minutos, eu gostaria de saber, primeiro, quem são os deputados que falarão. Já que vai estender, vamos estender para quem está no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): É isso.

O Sr. Alan Sanches: O acordo, então, seriam... Quem são os deputados da minha Bancada? Há para falar dois deputados da minha Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Tem Diego Castro,...

O Sr. Alan Sanches: Isso. E o Arimateia, o deputado Arimateia.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): (...) deputada Cláudia, Fabíola e Arimateia. Seriam esses três e a gente encerra.

O Sr. Alan Sanches: Então, depois, serão o deputado Arimateia, deputado Diego, não nessa ordem, deputada Fabíola e a deputada Cláudia Oliveira também.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): E, aí, a gente encerra. O.k.?

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Estou de acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Quem chegou depois...

O Sr. Alan Sanches: De acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas aqui presentes, taquígrafas, membros das Galerias que nos ouvem, a primeira fala seria em homenagem aos médicos que dedicam as suas vidas a salvar vidas e a cuidar das vidas de outras pessoas. Hoje, 18 de outubro, quero homenageá-los, sobretudo aqueles médicos da democracia, médicos, deputado Hilton, pela democracia que entendem que seu mister também depende da defesa incontestada da saúde pública, da defesa do SUS e da defesa da interiorização da medicina.

Quero saudar, em nome dos colegas médicos, o deputado Alan Sanches, o deputado Eduardo Alencar e o futuro médico, deputado Jordávio, todos os médicos. Quero dizer que, em 34 anos como oftalmologista, a gente entende que algumas pautas nós temos que defender nesta Casa, incluindo aí o exercício legal da medicina. E há uma defesa que a gente vai sempre estar fazendo, que é a defesa, também, da saúde ocular da população, como médica oftalmologista que sou e dentro da legalidade.

Queria também... Entendo que a Regulação não é um sistema do qual se pode ser contra ou a favor, porque a Regulação é tão-somente para acabar com aquele “quem indica”. Já que a saúde tem recursos finitos para demandas infinitas, nós temos que ter um critério de regulação, inclusive com classificação de risco, observando o doente mais grave, deputada Cláudia, e o menos grave.

Nós temos que elogiar que nos nossos governos progressistas e populares, desde o governo Wagner, governo Rui Costa e, agora, o governo Jerônimo, nós tivemos 17 hospitais construídos e quase 25 policlínicas, interiorizando a saúde e melhorando a Regulação. Obviamente, nós não tivemos hospitais construídos em outros governos que, hoje, questionam a Regulação. Temos problemas, sim, na Regulação, precisamos estar sempre melhorando. E essa é uma missão que o governador Jerônimo deu à secretária Roberta.

Temos problemas, sim, mas, deputado Hassan, V. Ex.^a que já foi secretário da Saúde, sabe que a resolutividade de muitos hospitais de pequeno porte nos municípios não tem condição e, aí, abarrotam a Regulação.

Estamos fazendo grandes investimentos. O governo Rui Costa fez o maior investimento em saúde pública do país. Aliás, a Bahia foi o segundo maior em investimentos. Então, é incontestado. São 25 policlínicas que conseguem vencer os gargalos dos exames de média complexidade em várias especialidades; 17 hospitais, regionalizando a saúde. Claro que isso diminui muito, deputado Marcelinho, os problemas da Regulação. Mas temos um pós-pandemia. A pandemia criou vários gargalos, sobretudo em cirurgias eletivas, e, com certeza, retardou o diagnóstico e o tratamento de várias doenças como hipertensão, como diabetes, e isso gera novos problemas e novas demandas para a Regulação.

Mas quero, deputado Hassan, para além de falar da Regulação, explicar para quem não entendeu, deputada Cláudia, o que é essa formatação informal desses oito deputados. Na verdade, esses blocos, deputado Sandro Régis, só se estruturam em fevereiro, mas, por uma questão ética, na medida em que o nosso bloco foi desfeito com a adesão de três a quatro deputados do bloco a outro bloco informal, nós, por uma questão de identidade, afinidade, para dar sustentação ao governo, para termos uma coisa diferenciada, deputada Cláudia, de decidir de forma colaborativa, de dialogar de forma colaborativa sobre os projetos que tramitam nesta Casa, decidimos criar esse bloco informal.

Ora, o que é informalidade no dicionário? Nada mais é do que criar uma estrutura, um coletivo informal para que ele, seguindo o Regimento da Casa, a quem respeitamos, se torne formal em fevereiro de 2024, mas não impedindo que nós trabalhemos de forma uníssona agora. Então, são quatro deputados do PP, dois deputados do PSB, eu e a deputada Soane, e dois deputados do MDB.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, eu penso que isso fortalece o diálogo na Casa, isso fortalece a Casa, respeita a Casa, porque isso foi acordado e, inclusive, comunicado ao presidente Adolfo Menezes. E acho que é importante porque isso vai antecipar decisões em fevereiro, quando haverá a necessidade regimental da formalização desse bloco, que existe por uma questão de identidade. Ele existe informalmente, mas é um bloco sério, que vai trabalhar pela Bahia...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e que vai tomar decisões, dando sustentação ao governo, decisões dialogadas, decisões democráticas. Então, veio para fortalecer.

E essa é uma explicação importante para aqueles que ainda têm dúvida sobre o propósito que tem o bloco desses oito deputados, que, claro, em fevereiro poderão se tornar 10 deputados, ou ser até ser um bloco maior caso haja outras adesões. Mas é muito importante a gente poder vir e explicar isso aqui, deputado Júnior Muniz, porque é um bloco de sustentação do governo, um bloco de deputados que têm afinidade mútua, identidade mútua e que vão trabalhar pela Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Com a palavra o deputado Diego Castro; depois, a deputada Cláudia.

O Sr. José de Arimateia (fora do microfone): Diego está inscrito?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Está inscrito aqui, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Está encaminhado que tem só mais um inscrito, que é o deputado...

O Sr. Rosemberg Pinto: José de Arimateia.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): (...) José de Arimateia.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

Já anunciou o colégio que está nas galerias?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Anunciei.

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Concedo a palavra ao nobre deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos nesta Casa, cumprimento as galerias, os funcionários aqui presentes, os nobres colegas.

Sr. Presidente, quero chamar a atenção desta Casa, mas, sobretudo, chamar a atenção do Poder Executivo, do governador do estado sobre uma questão, uma garantia que deveria ser implementada "para ontem" no nosso estado, que é o adicional de periculosidade para os policiais militares.

Recordar que, no ano de 2018, o MPF já recomendava os 30% para os PMs no estado da Bahia. Lembrar que a Lei n.º 7.990, de 2001, a lei que cria o Estatuto da Polícia Militar, no seu art. 92, na alínea p, prevê essa garantia. Ou seja, o Poder Legislativo já fez a sua parte. Como é que se resolveria isso? Uma simples portaria do Sr. Governador, por meio da Secretaria da Segurança Pública.

Então, fica mais claro que é questão de vontade política, é questão de interesse enxergar que essa é uma garantia indispensável ao trabalhador policial militar, aquele que está dando sua vida para defender a sociedade.

É um absurdo ter que subir a esta tribuna e reforçar isso, porque é algo tão óbvio! Há alguma discussão de que a atividade policial é uma atividade de caráter periculosa, ou seja, aquela em que existe risco iminente de morte, para ser reconhecida como tal? Não há qualquer dúvida em relação a isso! E, desde 2001, isso vem se arrastando.

É claro, são sucessões de governos e governos. Mas o governo do PT, que tem 17 anos no estado da Bahia, que diz ter compromisso com o trabalhador, a plataforma que fez e faz o *marketing* desse partido, deveria ter dado o exemplo e ter regulamentado essa questão.

E mais, o Estado, o serviço público tem que dar o exemplo. Se para profissionais dessa área no serviço privado já existe tal garantia, o porquê dos profissionais que cuidam de toda uma segurança... Todo mundo sabe que no Direito existe uma máxima, a prerrogativa de que "ao Estado lhe é dado o monopólio da força". É isso que justifica o atributo que chama para a responsabilidade desse ente, desse ser fictício que é o Estado, a administração da segurança, inclusive da segurança pública. E, se ele tomou para si essa responsabilidade, ele tem que garantir para esses materiais humanos, que o fazem real, essa garantia indispensável.

Então, Sr. Presidente, reforçar aqui, mais uma vez, que não se faz segurança pública com discursos; não se faz segurança pública com peças publicitárias, com unidades físicas, que são importantes. Mas o mais importante de tudo é a valorização do material humano! Se não valorizarmos os policiais militares, homens e mulheres,

que, como eu disse, trabalham exclusivamente, dando a sua vida, para proteger a sociedade, não teremos avanços, é só enxugação de gelo, será só balela! Vai ser conversa fiada! E vai ser mais um engodo como há 17 anos a gente vem...

E eu tenho que reconhecer que não temos um secretário da Segurança Pública ruim, por incrível que pareça! Tive a oportunidade de conhecê-lo, de conhecer o seu projeto para a segurança pública e, se ele tiver...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) total liberdade, – para concluir, Sr. Presidente, com sua tolerância – eu tenho a absoluta convicção de que teremos dias melhores. Agora, o que está acima dele é o que eu chamo de índole de governo: não adianta ter um secretário técnico, com uma boa equipe, se permanece a mentalidade do governo de leniência com a bandidolatria.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Com a palavra a deputada Cláudia.

A Sr.^a CLÁUDIA OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, Sr.^a Deputada, em primeiro lugar, quero saudar, aqui, e deixar o meu abraço a todos os médicos da nossa Bahia, do nosso Brasil; deixar o meu abraço, aqui, para o deputado Alan Sanches e a deputada Fabíola.

Quero dizer que, com grande alegria, Srs. Deputados, na sexta-feira o nosso governador Jerônimo estará na cidade de Porto Seguro, na nossa região, região que eu represento, que é a Costa do Descobrimento, na cidade da qual fui prefeita. E lá o governador estará entregando àquela cidade mais 20 leitos de UTI, um centro obstétrico e a Ucinca, que é uma estrutura física e material que permite acolher mães e filhos para a prática do método canguru, onde a permanência e o repouso dessa mãe e dessa criança, desse bebê, se dará por 24 horas por dia, ou enquanto se faça necessário.

Então, para gente é muito importante receber mais esses 20 leitos de UTI no Hospital Luís Eduardo Magalhães, um hospital que recebe pacientes de toda a região.

E, infelizmente, como eu já disse aqui em outras vezes, nas cidades de Porto Seguro e Eunápolis a saúde pública municipal não existe, a omissão é muito grande, fazendo com que os pacientes, muitas vezes, tenham que sair da cidade para serem atendidos em outros hospitais de outras cidades, como Itabuna e Teixeira de Freitas.

Então, esses 20 leitos de UTI chegam em boa hora.

E faço minhas as palavras da deputada Fabíola Mansur, aqui, em relação à saúde pública do nosso estado, desde o governo Jaques Wagner, passando pelo governador Rui Costa e, agora, com o governador Jerônimo, a saúde pública tem sido tratada com responsabilidade. Avançou muito. O ex-governador Rui Costa trabalhou muito pela descentralização da saúde pública, fazendo com que, na saúde pública, as pessoas possam ser atendidas no interior. Foi esse o objetivo das policlínicas.

Tenho a satisfação de também de ter sido a presidente do consórcio de saúde da nossa região. Foi através do nosso trabalho que demos início ao consórcio e, hoje, nós

temos lá a policlínica regional, atendendo à Costa do Descobrimento. Também, graças a Deus, enfim, depois de 2 anos e pouco de funcionamento, a prefeitura de Porto Seguro aderiu a esse consórcio e, hoje, as pessoas estão tendo a oportunidade de usufruírem de um equipamento de saúde pública tão importante.

Infelizmente, 2 anos se passaram, e quantas pessoas deixaram de ter o seu diagnóstico precoce, de ter evitado, talvez, até a vir a óbito por falta de acesso ao atendimento na policlínica, fazendo uma tomografia, fazendo exames de alta complexidade. Então, ver minha cidade, Porto Seguro, ter essa oportunidade me traz muitas felicidades.

Também dizer que o governador estará lá com as demais autoridades, deputados, na sexta-feira, agora, dia 20.

Também dizer que na próxima quarta-feira, dia 25, nós estaremos realizando, aqui, uma audiência pública para falar da endometriose, esse problema de saúde que afeta a muitas mulheres. Eu quero aproveitar, então, a audiência da *TV ALBA*, a nossa Bahia toda está nos assistindo neste momento. As funcionárias, as mulheres e os deputados aqui presentes...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que queiram saber mais sobre a endometriose, nós estaremos fazendo essa audiência pública na Comissão dos Direitos da Mulher, no dia 25, quando nós teremos médicos especialistas para falar mais sobre isso.

Quero agradecer pela oportunidade.

Uma boa tarde a todos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Rangel): Com a palavra o deputado Arimateia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, deputado Paulo Rangel, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, primeiro, para parabenizar todos os profissionais médicos pelo dia. A função que eles exercem é fundamental para a vida da população. É um sacerdócio para aquele que exerce essa função. Para ser médico tem de ter a convicção, tem de ter o comprometimento com o ser humano.

Sr. Presidente, nesta manhã, nesta Casa, nós tivemos uma audiência pública para levar o conhecimento sobre a importância da optometria na saúde pública, o que foi debatido em audiência pública proposta por este deputado. Todos sabem que, nesses cinco mandatos em que eu estou nesta Casa, sempre defendi a importância da optometria.

E, hoje, a sala das comissões desta Casa ficou tomada por especialistas, estudantes, juristas e profissionais da área.

(Lê) “O optometrista é o profissional responsável pela avaliação primária da saúde visual de um paciente e possui habilitação para identificar problemas de visão. É preciso colocar o optometrista na pauta da saúde pela sua essencialidade.

Existe uma demanda de pessoas precisando fazer exames básicos de saúde ocular, e a categoria dos optometristas não está sendo incluída como deveria, mesmo existindo espaço”, como todos os senhores sabem, o número de profissionais da Oftalmologia no estado da Bahia é muito pequeno para o tamanho da população, é aí onde entra a importância da Optometria. (Lê) “(...) além de não participarem das tratativas na ampliação dos tratamentos de saúde”. A Optometria não tem esse espaço.

“A Optometria é a primeira barreira contra a cegueira evitável no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde”. Vou repetir, Sr. Presidente: segundo a Organização Mundial da Saúde, a Optometria é a primeira barreira contra a cegueira evitável no mundo. A Optometria é a primeira barreira contra cegueira evitável no mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde.

(Lê) “Conforme foi explanado nesta audiência, a Optometria é respeitada em todo o mundo, mas, no Brasil”, encontramos uma resistência, “por conta de vieses políticos e reserva de mercado, a realidade é outra, mesmo sendo essencial na saúde.

Importante audiência pública que tratou, nesta manhã, da inclusão do profissional na saúde pública: não existe motivo, hoje, para a saúde não ter esse profissional. Não existe mais dúvida quanto à legalidade da Optometria. O STF garante que os profissionais com formação superior, em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, podem atuar na saúde primária da visão, que é uma luta da categoria.

Não aceitamos mais, Sr. Presidente, que Optometria seja marginalizada. Precisamos levar a Optometria para o lugar que ela merece. Não se pode admitir que profissionais sejam impedidos de trabalhar. Isso é um verdadeiro absurdo! Existem profissionais muito bons para ajudar a população em um exercício garantido por lei.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Atualmente, há cerca de mais de 7 mil profissionais no Brasil, segundo a Confederação Brasileira de Optometria e Óptica. Além desses, a estimativa é de mais de 3 mil acadêmicos em formação no país, em mais de 20 universidades e faculdades que existem em todo território nacional.

A Mesa da audiência pública...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que tivemos, Sr. Presidente, foi composta por Juarez da Hora, vice-presidente regional do Conselho Brasileiro de Optometria, na região Nordeste; por Ricardo Bretas, presidente de honra do Conselho Brasileiro de Optometria; por Jasiel Filho, secretário geral; por Dr. Fábio Cunha, procurador jurídico; pela Dr.^a Mariza Costa Pinheiro, diretora de vigilância sanitária e ambiental do estado; e, por Anyella Malburg, professora da FIEP, Faculdade Internacional de Evolução Profissional”.

Sr. Presidente, para concluir, eu vejo a importância da Optometria como uma luz no fim do túnel para a saúde visual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Paulo Rangel): Neste momento não temos o quórum regulamentar, portanto, declaro encerrada a sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Alex da Piatã, Eduardo Salles, Ivana Bastos (licenciada), Luciano Araújo, Manuel Rocha, Marcinho Oliveira, Neusa Cadore, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho e Samuel Júnior (12).

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.